

Condenação dos atentados terroristas

O terrorismo, quaisquer que sejam as suas causas e objetivos proclamados, serve sempre os interesses mais reacionários e sinistros.

Bruxelas junta-se agora à longa lista de cidades vítimas de recentes ações terroristas, como Bamako, Paris, Beirute, Ancara ou Sousse. O atentado provocou 35 mortos e mais de 200 feridos, atingindo um conjunto de pessoas de 40 nacionalidades. Seis dias depois, a cidade de Lahore, no Paquistão, foi vítima de um ataque bombista suicida que ceifou a vida a mais 72 pessoas, incluindo 29 crianças.

Sejam quais forem as causas ou objetivos que se perfilam por trás da ação de um grupo terrorista, os resultados da violência perpetrada sobre civis inocentes são sempre ignóbeis, injustos e profundamente antidemocráticos, verdadeiros atentados à liberdade individual e aos mais elementares direitos humanos, incluindo o direito à vida, e é inseparável das políticas de exploração e opressão e da lógica do militarismo e da guerra.

Contudo, há que alertar para os perigos de instrumentalização de genuínos sentimentos de indignação para a imposição de medidas de cariz anti-democrático e o desenvolvimento de políticas desumanas perante o drama dos refugiados ainda mais atentatórias de direitos, liberdades e garantias fundamentais, para a promoção de sentimentos racistas e xenófobos que têm alimentado o crescimento de forças de extrema-direita e de cariz fascista na Europa e para o incremento da escalada de ingerência e de guerra, que por sua vez sustentam o perigoso crescimento de forças e grupos terroristas e da sua ação de terror.

Conforme temos afirmado, a resposta ao terrorismo passa por uma mudança de políticas por parte dos principais intervenientes. Por um lado, há que combater as suas mais profundas causas – políticas, económicas e sociais –, rejeitando novas agressões, novos ataques belicistas ou a construção de novos muros que impedem a fuga à pobreza, à guerra e à morte de milhares de refugiados dessas guerras de agressão com origem em políticas de domínio económico e financeiro e de saque dos recursos naturais. Por outro, há que exigir o cumprimento das determinações da Carta das Nações Unidas, em respeito pelo direito internacional, pela soberania dos Estados, pelo direito à autodeterminação, pela defesa e afirmação dos valores da liberdade e pela igualdade de direitos dos povos. Por último, há que exigir o fim do apoio político, financeiro e militar com que grupos extremistas contam por parte de grandes potências mundiais, usados para desestabilizar e agredir Estados soberanos, atentando contra a sua soberania, independência nacional e integridade territorial.

A Câmara Municipal do Seixal, reunida a 31 de março de 2016, condena veementemente os recentes atentados ocorridos em Bruxelas e Lahore, e expressa a sua consternação e sentimentos de pesar aos familiares das vítimas, bem como a sua solidariedade aos respetivos povos, apelando

às autoridades, nacionais e mundiais, para que adotem soluções pacíficas para os conflitos internacionais e para que salvaguardem o respeito pelo princípio de não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados.

Seixal, 31 de março de 2016

Joaquim Cesário Cardador dos Santos
Presidente da Câmara Municipal do Seixal